



Universidade federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Turismo
Curso de Turismo



NOME DA DISCIPLINA
GESTÃO DE ATRATIVOS NATURAIS

CÓDIGO DA DISCIPLINA
TUR094

CARÁTER DA
DISCIPLINA

ELETIVO

CARGA
HORÁRIA

45h

TEÓRICA (X)
PRÁTICA (não será
ofertada)

EMENTA. A disciplina pretende apresentar relações entre meio ambiente e natureza e as subjetividades, percepções e motivações humanas, visando compreender as características comportamentais dos indivíduos que buscam as áreas naturais como locais de lazer e turismo, a fim de qualificar a perspectiva experiencial do visitante/turista no que tange ao planejamento e a gestão dos atrativos. Além disso, visa apresentar algumas metodologias relativas ao planejamento, implantação e gerenciamento de atrativos naturais.

MODALIDADE: Assíncrona

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. MEIO AMBIENTE NATURAL, SUBJETIVIDADES, PERCEPÇÕES E MOTIVAÇÕES HUMANAS

- 1.1. Trajetória histórica do processo de construção sociocultural das relações humanas com a natureza;
- 1.2. As diferentes dimensões humanas nas relações com o ambiente natural;
- 1.3. As noções de Topofilia e Topofobia;
- 1.4. A construção da dimensão de experiência humana;

2. A EXPERIÊNCIA DO VISITANTE EM ÁREAS NATURAIS

- 2.1. As diferentes formas de percepção humana na construção da experiência;
- 2.2. Os ritos e rituais do visitante/turista em contato com as áreas naturais;

3. A EMERGÊNCIA DO TURISTA VERDE

- 3.1. O que significa ser verde?;
- 3.2. Determinantes do comportamento e motivação do turista verde;
- 3.3. Greenwasher e o turista verde;

4. ATRATIVO TURÍSTICO NATURAL

- 4.1. Ambiente natural como recurso turístico;
- 4.2. Definição de potencial, atratividade, atrativo, atrativo natural;
- 4.3. Tipos e categorias de atrativo natural;

5. PLANEJAMENTO, IMPLANTAÇÃO E GERÊNCIA DO USO RECREATIVO

- 5.1. Identificação e zoneamento dos recursos/atrativos turísticos naturais e outros espaços;
- 5.2. Identificação e análise da Infraestrutura básica e turística;
- 5.3. Avaliação e monitoramento de impacto de visitação em ambientes naturais;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Thiago Cássio D. Ávila. Ecoturismo ou Greenwashing. Revista ECO, v. 21, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUHNS, Heloisa Turini; MARINHO, Alcyane. Ritos e rituais nas viagens à natureza. Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 5, n. 1, 2012.

BRUHNS, Heloisa. O ecoturismo e o mito da natureza intocada. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 32, n. 2, p. 157-164, 2010.

DE SOUZA, Luís Henrique. Intervenções em Direção à Sustentabilidade do Turismo de Natureza: a Aplicabilidade das Ferramentas de Gestão do Ecoturismo nas Áreas Naturais Protegidas da Região Centro de Portugal. Turismo-Visão e Ação, v. 10, n. 1, p. 95-112, 2008.

DE TOLEDO SERRANO, Célia Maria; BRUHNS, Heloísa Turini. Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. Papyrus Editora, 1999.

DOS SANTOS PIRES, Paulo. A dimensão conceitual do ecoturismo. Turismo-Visão e Ação, v. 1, n. 1, p. 75, 1998.

DRUMM, Andy; MOORE, Alan. Introdução ao planejamento do ecoturismo. Desenvolvimento do Ecoturismo: um manual para profissionais de conservação, v. 1, p. 001-100, 2003.

LAVOURA, Tiago Nicola; SCHWARTZ, Gisele Maria; MACHADO, Afonso Antonio. Aspectos emocionais da prática de atividades de aventura na natureza: a (re) educação dos sentidos. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 22, n. 2, p. 119-127, 2008.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A função social do ecoturismo. *Boletim Técnico do Senac*, v. 30, n. 1, p. 38-45, 2004.

MARINHO, Alcyane. Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, v. 14, n. 2, p. 181-206, 2008.

MARINHO, Alcyane. Lazer, natureza e aventura: compartilhando emoções e compromissos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 22, n. 2, 2001.

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. *Revista Turismo em Análise*, v. 11, n. 2, p. 98-110, 2000.

NEIMAN, Zysman; RABINOVICH, Andréa. A Educação Ambiental através do Ecoturismo: o diferencial das atividades de contato dirigido com a natureza. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 3, n. 2, p. 76-101, 2008.

NEIMAN, Zysman; RABINOVICH, Andréa. A Educação Ambiental através do Ecoturismo: o diferencial das atividades de contato dirigido com a natureza. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 3, n. 2, p. 76-101, 2008.

SILVA, Carlos Eduardo. A relação das trilhas com a efetividade de gestão do Ecoturismo. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 1, n. 1, 2008.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar:: A perspectiva da experiência. *SciELO-EDUEL*, 2013.

TUAN, Yi-Fu. Local: uma perspectiva experiencial. *Revisão geográfica*, p. 151-165, 1975.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. *SciELO-EDUEL*, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Josimar R, MELO, Cláudia dos S. e CAVALCANTI, Yara. *Gestão Ambiental* Thex Editora, 2a.edição, 2002.

BOO, E. O planejamento turístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINGS, D. (Org). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 2002. p.31-56.

BOYD, S.W.; BUTLER, R.W. Managing ecotourism: an opportunity spectrum approach. *Tourism Management*, v.17, n.8, p. 557-566, 1996.

BRASIL. Decreto nº 5.758 de 13 abril de 2006, que institui o Plano Nacional de Áreas Protegidas, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 19 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Convenção sobre Diversidade Biológica*. Brasília/DF, 1994.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: MMA; IBAMA; Funatura; 2000.

BRITO, Francisco A. e CÂMARA João B.D. *Democratização e Gestão Ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável.*, Editora Vozes, 3a. Edição, 2002.

CALLENBACH, Ernest et al. *Gerenciamento ecológico-ecomangement*. São Paulo. Cultrix, 1998.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. *Educação ambiental e desenvolvimento comunitário*. Rio de Janeiro: WAK, 2002.

CASTREN, H. M. Limits of Acceptable Change Case Study: 20 Years of Monitoring Visitation in the Bob Marshall Wilderness. U. S. Forest Service. In: *Anais do VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Curitiba / PR, 2009.

CASTRO, Ronaldo Souza de; LAYRARGUES, Philippe Pomier. LOUREIRO, Carlos Frederico. (Orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.

CIFUENTES, M. Determinacion de capacidad de carga turística em áreas protegidas. *CATIE – Centro Agronômico Tropical de Investigacion y Ensenanza*. Turrialba, 1992.

CLARK, R.; STANKEY, G. H. *The recreation opportunity spectrum: a framework for planning, management, and research*. Washington: USDA, Forest Service, Pacific North Forest and Range Experiment, 1979.

CRUZ, R. C. A. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, R. *Interpretação ambiental. Inventário de trilhas*. In: *Manual de melhores práticas para o ecoturismo*. São Paulo: FUNBIO, 2001.

DIEGUES, C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001.

DINES, M; PASSOLD, A.J. *Estruturação da Capacidade de Suporte para Diferentes Atividades de Uso Público, Visando Minimizar os Impactos das Mesmas em três Unidades de Conservação: Parna do Itatiaia, Parna Chapada dos Veadeiros e Parna Mar dos Abrolhos*. São Paulo: PNUD/IBAMA, 2006.

DRUMM, A.; MOORE, A.; SOLES, A.; PATTERSON, C.; TERBORGH, J. *Desarrollo del Ecoturismo: Un manual para los profesionales de la conservación*. Arlington: The Nature Conservancy, 2004.

FAPESP. Projeto: Proposição de Política Pública a partir de Modelos de Avaliação e Gestão de Impactos Sócio-Ambientais da Visitação Pública nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. *Relatório Final*. São Paulo, 2005.

FERREIRA, L. C. *A Questão Ambiental: Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo: Ed. Boitempo,

FERRETTI, E. R. *Turismo e Ambiente*. São Paulo: Roca, 2002.

FREIXEDAS-VIEIRA, V. M.; PASSOLD, A. J; MAGRO, T.C. *Impactos do uso público: Um guia de campo para utilização do método VIM*. In: *Anais. CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., Campo Grande*, 2000.

GRAEFE, A.R.; KUSS, F.R; VASKE, J.J. *Visitor Impact Management – The Planning Framework*. Washington, D.C.:National Parks and Conservation Association, v.2, 1990, 105p.

IBAMA. *Coletânea de legislação federal de meio ambiente*. Brasília, 1992.

IRVING, M. A. (Org.) *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados*. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006.

IRVING, M. A.; MATOS, K. *Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas*. In: *Floresta e Ambiente*. V. 13, n. 2, p. 89 – 96, 2006.

IRVING, M., A; AZEVEDO, J. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

LOBO, Anna Carolina e SIMÕES, Luciana Lopes (Orgs.). Manual de Monitoramento e Gestão dos Impactos da Visitação em Unidades de Conservação. São Paulo. BID, s/d.

LOBO, H.A.S. Caracterização dos Impactos Ambientais Negativos do Espeleoturismo e Suas Possibilidades de Manejo. *In: Anais do Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*, 4, 2006, Caxias do Sul.

LOPES, Ignez V. et al. Gestão Ambiental no Brasil. Fundação Getúlio Vargas Editora, 5a.edição, 2004.

LOUREIRO, C. F., AZAZIEL, M.; FRANCA, N. Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Ibase, 2007.

MAGRO, T. C. Percepções do Uso Público em UCs de Proteção Integral. *In: Alex Barger. (Org.). Áreas Protegidas: Conservação no âmbito do Cone Sul*. Pelotas. 1 ed. Pelotas: 2003, v 1

MAGRO, T.C.; FREIXEDAS, V. M. Manejo do impacto do uso público: capacidade de suporte. Piracicaba: ESALQ, Depto. de Ciências Florestais, 1998. 106p.

MANNING, R. E. Studies in outdoor recreation – a review and synthesis of the social science literature in outdoor recreation. Covarllis: Oregon State University, 1986.

MITRAUD, S. Monitoramento e controle de impactos de visitação. *In: Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramenta para um planejamento e gestão*. Brasília: WWF, 2003. p. 315-415.

MMA. Diretrizes para visitação em unidades de conservação. Secretaria de Biodiversidade e Florestas/ Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 70p.

MORSELLO, Carla. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo, Annablume; FAPESP. 2001.

PÁDUA, J. A. Ecologia e política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.

PASSOLD, A. J.; MAGRO, T.C.; COUTO, H. T. Z. do. Comparing Indicators Effectiveness for Monitoring Visitor Impact in Intervalos State Park, Brazil: Park Ranger-Measured Versus Specialist-Measured Experience. The Second International Conference on Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected Areas, Rovaniemi, Finland, Jun. 2004.

PASSOLD, A.J. Seleção de indicadores para o monitoramento do uso público em áreas naturais. Piracicaba, 2002. 75 p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

ROCKTAESCHEL, B. M. M. M. Terceirização em áreas protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil. Ed. SENAC.

STANKEY, G.H.; COLE, N.; LUCAS, R.C. et al. The limit of acceptable change (LAC) system for wilderness planning. Ogden: USDA Forest Service, 1985. 37p. (General Technical Report INT, 176)

TAKAHASHI, L. Uso Público em Unidades de Conservação. Cadernos de Conservação, Nº 02. Fundação O Boticário de Proteção da Natureza, 2004.

VAN BELLEN, Hans Michael. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2005.

WEARING, S. e NEIL, S. Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri: Manole, 2001.

AValiação:

- Avaliação escrita, individual e com consulta – 01 avaliação – 40 pontos.
- Estudos dirigidos sobre textos ou vídeo-documentários – 02 avaliações – 20 pontos.
- Estudos de caso associados às principais categorias de análise – 03 avaliações – 30 pontos.
- Participação nos fóruns de debate – Ilimitado – 10 pontos.
- O requerimento de Segunda Chamada está previsto conforme artigo 35, da Resolução 23/2016, que trata do Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG).
- A frequência será contabilizada de acordo com o previsto na Resolução 33.2020